

O USO DE UMA TRAGÉDIA COMO PRETEXTO PARA CENSURA

Quando uma tragédia choca a nação, a reação do sistema político e midiático muitas vezes não é a busca por justiça real, mas o cálculo de como o trauma pode ser convertido em combustível para agendas prévias. O estardalhaço caso de Copacabana — no qual uma adolescente de 17 anos foi vítima de uma emboscada e estupro coletivo por cinco jovens — tornou-se o laboratório perfeito dessa tese.

Antes mesmo que a polícia concluísse seu trabalho inicial, a narrativa já havia sido sequestrada: jornalistas e comentaristas apressaram-se em decretar que o crime era o espelho direto da "machosfera" e do consumo de conteúdo "Red Pill", vinculando o episódio ao influenciador Andrew Tate.

A suposta prova irrefutável dessa conexão seria a camiseta que um dos acusados vestia ao se entregar: uma peça com a frase "Regret Nothing" (Não se arrependa de nada). Foi o bastante para a imprensa decretar que o crime era o produto final de uma ideologia específica. Contudo, a realidade é outra. No site oficial de Tate, não existe nenhum produto com o conceito de "não arrependimento" que também não possui centralidade em seu discurso. A camiseta era, na verdade, uma peça genérica de uma grande rede de varejo nacional - RENNERT, retirada de circulação pela repercussão negativa. Mas, para quem busca o controle do discurso, o fato importa menos que a narrativa; associar o crime a um movimento digital cria o "espantalho" necessário para validar dispositivos de censura.

Este teatro da "camiseta misógina" serviu para preparar o terreno legislativo. Em uma velocidade que jamais dedicou ao combate às facções criminosas que assolam o país, o Congresso Nacional agiu com eficiência cirúrgica. O deputado Pedro Campos (PSB-PE) protocolou urgência ao PL 6075/2025, de autoria de Sâmia Bomfim (PSOL), que visa criminalizar a promoção de conteúdos classificados como misóginos. Paralelamente, avançam o PL 2/2026, de Randolfe Rodrigues (PT-AP), focado no monitoramento e intervenção estatal em plataformas, e o PL 6194/2025, de Ana Pimentel (PT-MG), que prevê a suspensão da monetização de contas sob critérios elásticos como a "normalização da submissão feminina". Dando potencialmente ao Estado o poder de censurar até mesmo discursos religiosos.

O truque é antigo: sob o manto inquestionável de "proteger as mulheres", cria-se uma teia de mecanismos jurídicos vagos e elásticos.

Mas enquanto o Legislativo e a mídia se contorcem para caçar fantasmas na internet e consolidar o controle sobre o que se diz online, o Brasil real continua a sangrar. Em 2024, o país registrou cerca de 38 mil assassinatos — um índice de letalidade superior a 3 anos de conflito armado na Ucrânia. Facções dominam territórios inteiros e submetem mulheres a violências sistemáticas sem que recebam a mesma atenção das elites políticas. No fim, a falência endêmica da segurança pública não parece render a mesma celeridade da pauta da censura digital, para o sistema, o controle do discurso parece ser mais importante do que a preservação da vida.

O Estúdio 5º Elemento antecipou essa manobra e publicou, um dia antes da ofensiva no Congresso, a análise que desmascara tal engenharia de controle. Assista e entenda como a indignação fabricada serve de atalho para o cerceamento da liberdade.

- **Narrativa fabricada:** Ligação artificial entre crime e "red pill" baseada em evidência frágil para sustentar agenda.
- **Censura como resposta:** Projetos de lei ampliam controle estatal sobre conteúdo e monetização com critérios vagos.
- **Realidade ignorada:** Violência estrutural e domínio de facções sem prioridade política ou midiática.

